



EDITAL DO LEILÃO Nº 01/2018
CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTEGRANTES DOS
BLOCOS NORDESTE, CENTRO-OESTE E SUDESTE

ANEXO 4 DO CONTRATO DE CONCESSÃO
TARIFAS

EDITAL DO LEILÃO Nº 01/2018
CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTEGRANTES DOS
BLOCOS NORDESTE, CENTRO-OESTE E SUDESTE

Sumário

1. Informações Iniciais	3
2. Tarifas Aeroportuárias	5
3. Regulação Tarifária	8
4. Relatórios de Remuneração das Tarifas Aeroportuárias.....	9
5. Adicional do Fundo Nacional de Aviação Civil	12
6. Sistemática de Arrecadação	12
APÊNDICE A	14

EDITAL DO LEILÃO Nº 01/2018
CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTEGRANTES DOS
BLOCOS NORDESTE, CENTRO-OESTE E SUDESTE

1. Informações Iniciais

1.1. Introdução

- 1.1.1. O presente Anexo dispõe sobre as Tarifas aeroportuárias que poderão ser cobradas pela Concessionária, sobre as restrições regulatórias aplicáveis à determinação dos valores das Tarifas, sobre as informações relativas à remuneração das Tarifas aeroportuárias a serem prestadas pela Concessionária à ANAC, sobre o Adicional do Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC e sobre a sistemática de arrecadação e repasse desses valores.
- 1.1.2. Os valores indicados no capítulo 4 deste Anexo correspondem ao limite máximo que poderá ser cobrado pela Concessionária como forma de remuneração pelas referidas atividades, observadas as regras de Reajuste, Revisão dos Parâmetros da Concessão e Proposta Apoiada e as diretrizes estabelecidas no item 4.4 do Contrato.
- 1.1.3. A Concessionária deverá observar as isenções e benefícios tarifários previstos em leis ou atos normativos vigentes. As novas hipóteses de isenção e benefícios tarifários ensejarão recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão.

1.2. Definições

- 1.2.1. Para os fins do presente Anexo, e sem prejuízo de outras definições aqui estabelecidas, as expressões seguintes são assim definidas:
 - 1.2.1.1. **Adicional do Fundo Nacional de Aviação Civil:** adicional incidente sobre as tarifas de embarque internacional, instituído pela Lei Federal n. 9.825, de 23 de agosto de 1999;
 - 1.2.1.2. **Carga:** todo bem transportado por qualquer modal, com ou sem destinação comercial. Considera-se também como carga: (a) as aeronaves importadas que cheguem ao Aeroporto em voo ou transportadas; e (b) os bens trazidos do exterior como bagagem ou não e sujeitos ao regime de importação comum;
 - 1.2.1.3. **Carga em Trânsito:** carga sob controle aduaneiro, não nacionalizada no aeroporto de descarga, destinada ao exterior ou a outros recintos alfandegados, de zona primária ou secundária, no território nacional;
 - 1.2.1.4. **Fator de Ajuste:** receita tarifária referente ao desvio ocorrido da Receita por passageiro em relação à Receita Teto por Passageiro em determinado ano.

EDITAL DO LEILÃO Nº 01/2018
CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTEGRANTES DOS
BLOCOS NORDESTE, CENTRO-OESTE E SUDESTE

- 1.2.1.5. **Grupo I:** as aeronaves das empresas de transporte aéreo regular e não regular registradas para as seguintes atividades:
- i. Domésticas regulares: aeronaves de empresas de transporte aéreo brasileiras, operando serviços de transporte, conforme registrado na ANAC, em cumprimento a regulamentação específica;
 - ii. Internacionais regulares: aeronaves de empresas de transporte aéreo nacionais ou estrangeiras, operando serviços de transporte, com pouso ou sobrevoos do território nacional, conforme registrado na ANAC, em cumprimento a regulamentação específica;
 - iii. Não regulares: de carga e/ou passageiros, aeronaves de empresas brasileiras ou estrangeiras, exceto táxi aéreo; e
 - iv. Aeronaves enquadradas no GRUPO I que realizarem atividades de transporte aéreo regular, doméstico ou internacional, ainda que efetuando voos de fretamento, reforço, traslado, de carga e/ou passageiros.
- 1.2.1.6. **PMD:** Peso Máximo de Decolagem, em toneladas, definido conforme informação constante do Certificado de Aeronavegabilidade da aeronave ou outro documento que o substitua.
- 1.2.1.7. **Passageiros Embarcados:** passageiros que embarcam no aeroporto, incluindo passageiros em conexão;
- 1.2.1.8. **Receita Regulada (RR):** receita proveniente das tarifas de embarque, conexão, pouso e permanência aplicáveis às operações do Grupo I, excluindo operações exclusivamente cargueiras e voos de serviço, alternados e de retorno;
- 1.2.1.9. **Receita (Regulada) por Passageiro (RP):** razão da Receita Regulada, deduzindo o Fator de Ajuste, e a quantidade de Passageiros Tarifados;
- 1.2.1.10. **Receita Teto (por Passageiro) (RT):** valor máximo, determinado pela ANAC, da Receita Regulada por Passageiro que poderá ser obtida pelo operador aeroportuário;
- 1.2.1.11. **Recinto Alfandegado:** espaço(s) físico(s) delimitado(s) na área aeroportuária, destinado(s) à movimentação e armazenagem de mercadorias importadas ou a serem exportadas, que devam permanecer sob controle aduaneiro;

EDITAL DO LEILÃO Nº 01/2018
CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTEGRANTES DOS
BLOCOS NORDESTE, CENTRO-OESTE E SUDESTE

1.2.1.12. **Terminal de Cargas (TECA):** conjunto de áreas cobertas e descobertas do Aeroporto, especialmente delimitadas para recebimento, movimentação, armazenamento, guarda, controle e entrega de carga transportada ou a transportar;

1.2.1.13. **Território Aduaneiro:** todo território nacional, que compreende:

(a) Zona Primária:

- i. A área terrestre ou aquática, contígua ou descontínua, ocupada pelos portos alfandegados;
- ii. A área terrestre ocupada pelos aeroportos alfandegados; e
- iii. A área adjacente aos pontos de fronteiras alfandegados.

(b) Zona Secundária: parte restante do território aduaneiro, nela incluídas as águas territoriais e o espaço aéreo.

1.2.1.14. **Teto Tarifário:** valor máximo, determinado pela ANAC, que poderá ser estabelecidos pela Concessionária para uma Tarifa Aeroportuária;

2. Tarifas Aeroportuárias

2.1. Considerações

2.1.1. A Concessionária deverá observar as disposições sobre tarifas aeroportuárias constantes da Lei nº 6.009/1973, do Decreto nº 89.121/1983 e, no que couber, da Resolução nº 432/2017 e da Portaria nº 2019/GC-5/2001, ou das normas que as substituam.

2.1.2. As Tarifas são devidas pelos Usuários quando da efetiva utilização dos serviços, dos equipamentos, das instalações e das facilidades disponíveis no Aeroporto e têm por objetivo remunerar a Concessionária pelos serviços prestados.

2.1.3. A Concessionária será remunerada por meio das seguintes tarifas aeroportuárias:

2.1.3.1. Tarifa de Embarque;

2.1.3.2. Tarifa de Conexão;

2.1.3.3. Tarifa de Pouso;

EDITAL DO LEILÃO Nº 01/2018
CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTEGRANTES DOS
BLOCOS NORDESTE, CENTRO-OESTE E SUDESTE

2.1.3.4. Tarifa de Permanência;

2.1.3.5. Tarifa de Armazenagem; e

2.1.3.6. Tarifa de Capatazia.

2.1.4. As Tarifas aeroportuárias remuneram os seguintes serviços, equipamentos, instalações e facilidades disponíveis no Aeroporto:

2.1.4.1. Tarifa de Embarque e Tarifa de Conexão remuneram o terminal de passageiros, abrangendo, conforme o caso, embarque, desembarque, orientação, conforto e segurança:

2.1.4.1.1. Embarque:

- i. Área de pré-embarque;
- ii. Climatização da sala de pré-embarque;
- iii. Ponte de embarque;
- iv. Sistema de esteiras para despacho de bagagem;
- v. Carrinhos à disposição dos passageiros para transporte de suas bagagens;
- vi. Inspeção de segurança; e
- vii. Ônibus para transporte de passageiros entre o terminal e a aeronave.

2.1.4.1.2. Desembarque:

- i. Área de restituição de bagagem com esteiras ou carrosséis;
- ii. Carrinhos à disposição dos passageiros para transporte de suas bagagens;
- iii. Ponte de desembarque; e
- iv. Ônibus para transporte de passageiros entre a aeronave e o terminal.

2.1.4.1.3. Orientação:

- i. Circuito fechado de televisão;

EDITAL DO LEILÃO Nº 01/2018
CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTEGRANTES DOS
BLOCOS NORDESTE, CENTRO-OESTE E SUDESTE

- ii. Sistema semiautomático anunciador de mensagens;
- iii. Sistema de som; e
- iv. Sistema informativo de voo.

2.1.4.1.4. Conforto e segurança:

- i. Climatização geral;
- ii. Serviço médico de emergência; e
- iii. Sistema de ascenso-descenso de passageiros por escadas rolantes ou elevadores.

2.1.4.2. Tarifa de Pouso e Tarifa de Permanência remuneram, respectivamente, a pista de pouso e de táxi e as áreas de permanência:

- 2.1.4.2.1. Sinalização horizontal (balizamento diurno);
- 2.1.4.2.2. Sinalização luminosa (balizamento noturno);
- 2.1.4.2.3. Iluminação do pátio de manobras;
- 2.1.4.2.4. Remoção de emergência;
- 2.1.4.2.5. Serviços especializados de prevenção, salvamento e combate a incêndio;
- 2.1.4.2.6. Taxiamento de aeronaves;
- 2.1.4.2.7. Conservação e manutenção de pistas e pátios;
- 2.1.4.2.8. Sinalização de docagem de aeronaves;
- 2.1.4.2.9. Auxílios, instalações, equipamentos e sinalização para controle de movimentação de aeronaves nos pátios de manobras;
- 2.1.4.2.10. Áreas destinadas à permanência de aeronaves;
- 2.1.4.2.11. Sinalização de vias de serviço;
- 2.1.4.2.12. Áreas de estacionamento de equipamentos de superfície;

EDITAL DO LEILÃO Nº 01/2018
CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTEGRANTES DOS
BLOCOS NORDESTE, CENTRO-OESTE E SUDESTE

- 2.1.4.2.13. Barreiras patrimoniais e operacionais e vias de serviço para inspeção;
- 2.1.4.2.14. Vigilância das pistas, dos pátios de manobra, das áreas de permanência e das barreiras patrimoniais e operacionais; e
- 2.1.4.2.15. Sistemas e controles de segurança dos pontos de acesso das barreiras patrimoniais e operacionais.
- 2.1.4.3. A Tarifa de Armazenagem remunera os serviços de armazenamento, guarda e controle das mercadorias nos Armazéns de Carga Aérea do Aeroporto.
- 2.1.4.4. A Tarifa de Capatazia remunera os serviços de movimentação e manuseio das mercadorias nos Armazéns de Carga Aérea do Aeroporto.
 - 2.1.4.4.1. Deverá ser observado o mecanismo de cálculo da Tarifa de Capatazia da Carga Importada em Trânsito nos seguintes casos:
 - i. Carga removida para outros recintos alfandegados da zona primária estabelecidos em aeroportos, portos etc.;
 - ii. Carga em trânsito internacional no país;
 - iii. Carga removida para outros recintos alfandegados da zona secundária, sob regime especial de trânsito aduaneiro; e
 - iv. Demais casos de trânsito aduaneiro previstos na legislação aplicável.

3. Regulação Tarifária

- 3.1. Ao estabelecer os valores das Tarifas dos aeroportos, a Concessionária deverá observar as diretrizes do item 4.4 do Contrato, além das isenções tarifárias previstas em leis e normativos vigentes, inclusive a Portaria nº 219/GC-5/2001.
- 3.2. **Nos aeroportos de Recife, Maceió, João Pessoa, Aracaju, Vitória e Cuiabá, além do disposto no item 3.1, deverão ser observadas as seguintes restrições tarifárias:**
 - 3.2.1. Para as tarifas que constituem a Receita Regulada, deverão ser observados a metodologia de cálculo para Receita por Passageiro, constante no Apêndice A, e os seguintes valores para a Receita Teto:

EDITAL DO LEILÃO Nº 01/2018
CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTEGRANTES DOS
BLOCOS NORDESTE, CENTRO-OESTE E SUDESTE

Indicador	Aeroporto	RT (R\$)
SBRF	Recife / Guararapes – Gilberto Freyre	35,14
SBVT	Vitória / Eurico de Aguiar Salles	36,65
SBCY	Cuiabá / Marechal Rondon	32,66
SBMO	Maceió / Zumbi dos Palmares	34,84
SBJP	João Pessoa / Presidente Castro Pinto	34,22
SBAR	Aracaju / Santa Maria	34,92

- 3.2.2. Para a Tarifa de Capatazia da Carga Importada em Trânsito, deverá ser observado o seguinte teto tarifário:

Valor sobre o peso bruto verificado
R\$ 0,9416 por quilograma
Observações:
<ol style="list-style-type: none"> 1. Cobrança mínima de R\$ 67,95; 2. Esta Tabela aplica-se à carga com permanência máxima de 24 (vinte e quatro) horas no TECA; 3. Excedido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a entrada da carga no TECA, deverão ser aplicadas as tarifas de armazenagem e capatazia vigentes no aeroporto.

- 3.2.3. Os valores dispostos nas tabelas acima tem como referência o IPCA divulgado pelo IBGE em janeiro de 2018.
- 3.2.3.1. Os valores de Receita Teto e Teto Tarifário que irão vigorar no ano-calendário em que ocorrer a eficácia do Contrato deverão ser atualizados na Data de Eficácia com base no IPCA divulgado pelo IBGE em dezembro do ano anterior.

4. Relatórios de Remuneração das Tarifas Aeroportuárias

- 4.1. A Concessionária deverá apresentar mensalmente à ANAC, até o dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente ao que se refere a informação, os seguintes Relatórios de Remuneração das Tarifas aeroportuárias:
- 4.1.1. Relatório de Remuneração das Tarifas de Embarque e Conexão – RTEC;
- 4.1.2. Relatório de Remuneração das Tarifas de Pouso e Permanência – RTAP;
- 4.1.3. Relatório de Remuneração das Tarifas de Armazenagem e Capatazia – RTAC.
- 4.2. O RTEC deverá contemplar os seguintes dados dos voos de aeronaves de passageiros do Grupo I que decolaram do aeroporto no mês de referência:

EDITAL DO LEILÃO Nº 01/2018
CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTEGRANTES DOS
BLOCOS NORDESTE, CENTRO-OESTE E SUDESTE

- 4.2.1. Marca de nacionalidade e matrícula da aeronave;
 - 4.2.2. Empresa área ou operador da aeronave;
 - 4.2.3. Número do voo;
 - 4.2.4. Data e horário programado do voo;
 - 4.2.5. Natureza do voo (doméstico ou internacional);
 - 4.2.6. Tarifa de Embarque e Tarifa de Conexão cobradas;
 - 4.2.7. Quantidade de passageiros incidentes da Tarifa de Embarque e quantidade de passageiros incidentes da Tarifa de Conexão;
 - 4.2.8. Quantidade de passageiros isentos da Tarifa de Embarque e quantidade de passageiros isentos da Tarifa de Conexão;
 - 4.2.9. Remuneração devida em função da Tarifa de Embarque cobrada e remuneração devida em função da Tarifa de Conexão cobrada;
 - 4.2.10. Forma de pagamento (à vista ou à posteriori) da Tarifa de Embarque e da Tarifa de Conexão;
 - 4.2.11. Código identificador da fatura de cobrança da Tarifa de Embarque e código identificador da fatura de cobrança da Tarifa de Conexão;
 - 4.2.12. Data de reconhecimento contábil da receita da Tarifa de Embarque e data de reconhecimento contábil da receita de Tarifa de Conexão.
- 4.3. O RTAP deverá contemplar os seguintes dados dos voos de aeronaves que pousaram no aeroporto no mês de referência:
- 4.3.1. Marca de nacionalidade e matrícula da aeronave;
 - 4.3.2. Peso máximo de decolagem (PMD);
 - 4.3.3. Empresa área ou operador da aeronave;
 - 4.3.4. Número do voo;
 - 4.3.5. Data e horário programado do voo;
 - 4.3.6. Linha do voo (doméstico ou internacional, cargueira ou misto);
 - 4.3.7. Grupo da aeronave (Grupo I ou Grupo II);

EDITAL DO LEILÃO Nº 01/2018
CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTEGRANTES DOS
BLOCOS NORDESTE, CENTRO-OESTE E SUDESTE

- 4.3.8. Tempo de permanência, em pátio de manobras e em pátio de estadia, de aeronaves do Grupo I e do Grupo II;
 - 4.3.9. Tarifa de Pouso cobrada de aeronaves do Grupo I, Tarifa de Unificada de Embarque e Pouso cobrada de aeronaves do Grupo II, e Tarifa de Permanência cobrada, em pátio de manobras e em pátio de estadia, de aeronaves do Grupo I e do Grupo II;
 - 4.3.10. Remuneração devida em função da Tarifa de Pouso cobrada de aeronaves do Grupo I, remuneração devida em função da Tarifa de Unificada de Embarque e Pouso cobrada de aeronaves do Grupo II, remuneração devida em função das Tarifas de Permanência, em pátio de manobras e em pátio de estadia, de aeronaves do Grupo I e do Grupo II;
 - 4.3.11. Forma de pagamento (à vista ou à posteriori) das Tarifas de Pouso, Unificada de Embarque e Pouso, e de Permanência, em pátio de manobras e em pátio de estadia, de aeronaves do Grupo I e do Grupo II;
 - 4.3.12. Código identificador da fatura de cobrança das Tarifas de Pouso, Unificada de Embarque e Pouso, e de Permanência, em pátio de manobras e em pátio de estadia, de aeronaves do Grupo I e do Grupo II;
 - 4.3.13. Data de reconhecimento contábil da receita da Tarifa de Pouso cobrada de aeronaves do Grupo I, data de reconhecimento contábil da receita da Tarifa Unificada de Embarque e Pouso cobrada de aeronaves do Grupo II, data de reconhecimento contábil da receita das Tarifas de Permanência, em pátio de manobras e em pátio de estadia, de aeronaves do Grupo I e do Grupo II.
- 4.4. O RTAC deverá contemplar os seguintes dados das cargas, importadas e exportadas, que saíram do TECA no mês de referência:
- 4.4.1. Classificação da Tarifa de Armazenagem e da Tarifa de Capatazia;
 - 4.4.2. Tipo de carga;
 - 4.4.3. Peso bruto e peso líquido da carga;
 - 4.4.4. Valor CIF e Valor FOB da carga;
 - 4.4.5. Período de armazenagem da carga no TECA;
 - 4.4.6. Tarifa de Armazenagem e Tarifa de Capatazia cobradas;
 - 4.4.7. Remuneração devida em função das Tarifas de Armazenagem e Capatazia cobradas;
 - 4.4.8. Forma de pagamento (à vista ou à posteriori) da Tarifa de Armazenagem e da Tarifa de Capatazia;
 - 4.4.9. Código identificador da fatura de cobrança das Tarifas de Armazenagem e Capatazia;

EDITAL DO LEILÃO Nº 01/2018
CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTEGRANTES DOS
BLOCOS NORDESTE, CENTRO-OESTE E SUDESTE

4.4.10. Data de reconhecimento contábil das receitas das Tarifas de Armazenagem e Capatazia.

- 4.5. No caso de realização de novos lançamentos a crédito ou a débito, após o término do mês de referência dos dados do RTEC, RTAP e RTAC, em virtude de novas cobranças ou devoluções das tarifas aeroportuárias cobradas anteriormente, a concessionárias deverá encaminhar um relatório de ajuste dos dados à ANAC, apresentando as razões que justificam cada uma das alterações, até o dia 25 (vinte e cinco) do mês que sucede a realização dos novos lançamentos.
- 4.6. A ANAC estabelecerá a estrutura e os procedimentos de remessa dos dados, no prazo de até 60 (sessenta) dias do início do envio do RTEC, do RTAP e do RTAC.
- 4.6.1. O envio do RTEC, do RTAP e do RTAC se iniciará somente após a assunção das operações do aeroporto pela Concessionária.

5. Adicional do Fundo Nacional de Aviação Civil

- 5.1.1. Adicional incidente sobre as tarifas de embarque internacional, instituído pela Lei Federal n. 9.825, de 23 de agosto de 1999.
- 5.1.2. Para os fins do presente anexo, o valor do Adicional do Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC respeitará o disposto no art. 1º da Lei Federal n. 9.825, de 23 de agosto de 1999.

6. Sistemática de Cobrança das Tarifas Aeroportuárias

- 6.1. A Concessionária deverá manter, desde a assunção das operações até o término da concessão, sistema de cobrança das tarifas aeroportuárias que contemple os processos coleta, cobrança e pagamento das tarifas aeroportuárias.
- 6.2. O critério de reconhecimento das receitas das tarifas aeroportuárias deverá observar os normativos contábeis, observando o fato gerador de cada tarifa.
- 6.3. O sistema de cobrança das tarifas aeroportuárias deverá ser capaz de gerar o RTEC, o RTAP e o RTAC.
- 6.4. O sistema de cobrança das tarifas aeroportuárias deverá ter política de segurança que faça o controle de alteração dos dados no sistema, que rastreie o usuário, a data, o horário e os dados modificados.
- 6.5. O sistema de cobrança das tarifas aeroportuárias deverá manter os dados por um período mínimo de 5 (cinco) anos.

EDITAL DO LEILÃO Nº 01/2018
CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTEGRANTES DOS
BLOCOS NORDESTE, CENTRO-OESTE E SUDESTE

- 6.6. As tarifas poderão ser cobradas à vista ou a posteriori no prazo máximo definido pela Concessionária, diretamente das Empresas Aéreas e dos demais Usuários do Aeroporto.
- 6.6.1. É vedada a diferenciação dos prazos por Usuário, mas tão somente por categoria de serviços prestados.
- 6.7. O Adicional do Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC deverá ser cobrado juntamente com a Tarifa de Embarque Internacional.
- 6.7.1. Os procedimentos e critérios relativos ao recolhimento do Adicional do Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC deverão observar regulamentação específica.
- 6.8. A ANAC poderá, a qualquer momento, realizar auditorias, requisitar a exportação imediata de registros eletrônicos constante no sistema de cobrança das tarifas aeroportuárias durante a fiscalização, exigir a apresentação de quaisquer documentos ou informações necessárias à verificação da fidedignidade, consistência e precisão dos dados registrados.
- 6.9. Para avaliação da metodologia de coleta dos dados, cobrança das tarifas aeroportuárias e verificação da consistência e fidedignidade dos dados reportados pela Concessionária, a ANAC poderá recorrer a serviço técnico de empresa especializada de auditoria independente, a ser indicada, contratada e remunerada pela Concessionária, cabendo a ANAC o direito de veto na indicação realizada pela Concessionária.

EDITAL DO LEILÃO Nº 01/2018
CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTEGRANTES DOS
BLOCOS NORDESTE, CENTRO-OESTE E SUDESTE

APÊNDICE A

METODOLOGIA PARA CÁLCULO DA RECEITA REGULADA POR PASSAGEIRO

1. A metodologia que será utilizada para o cálculo da Receita por Passageiro nos aeroportos Recife, Maceió, João Pessoa e Aracaju, Vitória e Cuiabá é a descrita neste Apêndice.
2. Anualmente, a ANAC aferirá se a Receita por Passageiro – RP, calculada conforme metodologia a seguir, é igual ou inferior à Receita Teto - RT estabelecida pela ANAC para o ano.
 - 2.1. A Concessionária deverá enviar anualmente, juntamente com as demonstrações contábeis de que trata o item 3.1.40.3 do Contrato, relatório que apresente a memória de cálculo do valor da Receita por Passageiro - RP, com parecer específico de empresa de auditoria independente.
3. A RP é calculada conforme fórmula abaixo:

$$RP_t = \frac{RR_t - (FA_{t-1} \times (1 + TA) \times \frac{IPCA_t}{IPCA_{t-1}})}{P_t}, \text{ onde:}$$

RP_t = Receita por Passageiro auferida no ano t;

RR_t = Receita Regulada, em reais (R\$), auferida pela Concessionária referente às operações efetivamente realizadas no ano t;

FA_{t-1} = Fator de Ajuste, em reais (R\$), referente ao desvio ocorrido da Receita por Passageiro em relação à Receita Teto no ano t-1;

TA = Taxa de Atualização, que corresponde à taxa pela qual será atualizado o Fator de Ajuste;

TD = Taxa de Desconto estabelecida pela ANAC vigente no ano t;

P_t = Passageiros Tarifados no ano t;

$IPCA_t$ = IPCA divulgado pelo IBGE no mês de dezembro do ano t;

$IPCA_{t-1}$ = IPCA divulgado pelo IBGE no mês de dezembro do ano t-1;

t = ano-calendário, entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, incluído.

- 3.1. Para fins de consideração das operações efetivamente realizadas em um ano-calendário, deverá ser adotado o critério de data de toque da aeronave na pista de pouso para a receita da Tarifa de Pouso e de data de descalço da aeronave anterior à decolagem para as receitas das Tarifas de Embarque, Conexão e Permanência.

EDITAL DO LEILÃO Nº 01/2018
CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTEGRANTES DOS
BLOCOS NORDESTE, CENTRO-OESTE E SUDESTE

4. O Fator de Ajuste é calculado pela diferença entre a Receita Teto - RT e a Receita por Passageiro - RP, multiplicada pela quantidade de Passageiros Tarifados no ano em questão, conforme a seguinte fórmula:

$$FA_t = (RT_t - RP_t) \times P_t, \text{ onde:}$$

FA_t = Fator de Ajuste, em reais (R\$), referente ao desvio ocorrido da Receita por Passageiro em relação à Receita Teto no ano t;

RT_t = Receita Teto estabelecida para o ano t;

RP_t = Receita por Passageiro auferida no ano t;

P_t = Passageiros Tarifados no ano t;

t = ano-calendário, entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, incluído.

- 4.1. Caso a RP seja inferior ou igual à RT estabelecida para o mesmo ano, a Taxa de Atualização - TA será nula.
- 4.2. Caso a RP seja superior à RT estabelecida para o mesmo ano, a Taxa de Atualização – TA dependerá da diferença entre as receitas, conforme fórmula e tabela abaixo:

$$Dif_t = \frac{RP_t - RT_t}{RT_t}$$

Onde:

Dif_t = Diferença percentual entre RP e RT no ano t;

RP_t = Receita por Passageiro no ano t;

RT_t = Receita Teto no ano t;

Dif (%)	Taxa de Atualização
Até 2%	1,0
Mais que 2% até 5%	1,5
Mais que 5%	2,0

- 4.3. Após término da Concessão, eventual saldo negativo do Fator de Ajuste será objeto de compensação.